

MARCO MACIEL

**A DOCTRINA SOCIAL
DA IGREJA
E A
SITUAÇÃO NACIONAL**



Brasília — 1988

MARCO MACIEL

**A DOCTRINA SOCIAL
DA IGREJA E
A SITUAÇÃO NACIONAL**

BRASÍLIA — 1988

Capa: Ney Garcêz

Revisão: Suely Dantas e Lúcia Penna

Há um documento que, pela sua importância e densidade, está a merecer uma reflexão. Trata-se da última Encíclica do Papa João Paulo II, a “Sollicitudo Rei Socialis”.

Mais que uma contribuição à doutrina social da Igreja, a manifestação do Pontífice traz novas luzes à compreensão dos problemas que vive hoje a humanidade.

Com efeito, ao publicar, meses atrás, sua Encíclica, Sua Santidade, o Papa João Paulo II, continua a tradição inaugurada por Leão XIII de emitir, da Cátedra de São Pedro, com a força que tal circunstância confere, pareceres sobre o relacionamento entre os homens no campo econômico-social cultural e sua importância para a realização plena do ser humano nos planos espiritual e moral.

Na ótica da Igreja Católica, a Encíclica tem um duplo objetivo: por um lado, render homenagem ao documento histórico de Paulo VI, à “Populorum Progressio”, em seu vigésimo aniversário; por outro, em suas próprias palavras, “reafirmar a continuidade da doutrina social da Igreja e, conjuntamente, sua renovação constante”, constituindo uma comprovação do valor perene de seus ensinamentos.

A TRADIÇÃO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Tem sido, aliás, a tradição do Magistério dos Romanos Pontífices, há quase cem anos, marcar o aniversário de um documento social anterior — no caso, os vinte anos da Encíclica mais significativa de Paulo VI — com uma nova colocação que reafirma ou aprimora o rumo até então traçado pela Igreja a respeito de tais questões.

Antes, porém, de estender-me sobre o reexame do problema do desenvolvimento dos povos que João Paulo II leva a efeito

em sua Encíclica, valeria a pena debruçarmo-nos, um pouco mais, sobre a evolução histórica dos referidos textos sociais da Igreja desde 1891, ano da Encíclica em que Leão XIII tratou da Nova Realidade.

LEÃO XIII E A "RERUM NOVARUM"

A "Rerum Novarum" representa, com efeito, o primeiro grande pronunciamento "ex professo" sobre a questão social, marcando uma alteração profunda de atitude da Igreja perante os fenômenos econômicos e sociais. Leão XIII percebeu a gravidade da situação gerada pela Revolução Industrial no plano social, agravada pelas controvérsias promovidas, de um lado, pelo capitalismo levado aos seus extremos, insensível ao estado de miséria a que foram relegadas as classes trabalhadoras, e, de outro lado, pela proposta socialista, igualmente exacerbada, que, estruturada, então, no pensamento marxista, começava a polarizar os ódios gerados pelas frustrações dos operários espoliados pela ganância de patrões inescrupulosos. Esse confronto desaguou na fase mais aguda da Revolução Social do final do século passado e início deste século.

Em seu texto defendeu princípios ainda hoje universalmente aceitos, que produziu talvez um impacto igual ou maior do que o causado pelo manifesto marxista, tal a firmeza e contundência com que verberou a iniquidade da exploração por parte de duas correntes econômicas que se digladiavam, concitando "a autoridade pública a tomar medidas eficazes para assegurar os interesses da classe trabalhadora, sob pena de violar a Justiça que quer que a cada um seja dado o que é devido".

PIO XI E A "QUADRAGESIMO ANNO"

Quarenta anos haviam-se passado do lançamento da "Rerum Novarum", quando o Papa Pio XI, para comemorá-los, edita, em 15 de maio de 1931, a encíclica "Quadragesimo Anno", na qual explicita o ensinamento social de seu predecessor.

Nesse documento, a posição de Pio XI se orienta no sentido de apontar uma linha de conduta e um modelo de doutrina equidistantes do radicalismo de sistemas extremistas, que desintegravam e corroíam o tecido social e econômico das muitas nações, deixando os indivíduos à mercê do Estado todo-poderoso e da ambição desbragada dos ricos, sem qualquer tipo de mediação.

Preconiza, então, um modelo fundado sobre órgãos intermediários de base cristã, capazes de privilegiar as comunidades de trabalho, notadamente as de natureza profissional.

De Pio XI é a mensagem de valor permanente em defesa dos valores éticos que devem nortear toda ordem social e econômica, ensinando que “a organização econômica não pode ser aética, mas tem de sujeitar-se sempre às exigências da Justiça”.

Com João XXIII inaugura-se uma nova e revigorante fase na evolução da Doutrina Social da Igreja, inserindo seus ensinamentos no âmago dos grandes temas sociais do mundo contemporâneo.

A UNIVERSALIZAÇÃO DAS TESES SOCIAIS DA IGREJA COM JOÃO XXIII

O chamado “Papa Bom” dá novas dimensões à questão social, que, com ele, passa a ser encarada não apenas em termos de tensões de classes disputando os meios de produção e seus resultados econômicos, mas em sua dimensão humana e universal. Intuiu com clareza, indo muito além das colocações formuladas por Marx, já superadas pela própria evolução da cultura industrial.

A “MATER ET MAGISTRA”

Em sua substanciosa “Mater et Magistra”, de 1961, na qual comemora, portanto, o septuagésimo ano da “Rerum Novarum”, e a cuja mensagem acrescentaria a da encíclica “Pacem in Terris”, proclama que “o avanço da história ressalta cada vez mais as exigências da justiça e da equi-

dade, que devem intervir, não só nas relações entre trabalhadores e empresas... mas dizem respeito, também, às relações entre os diversos setores econômicos, entre zonas economicamente desenvolvidas e zonas economicamente menos desenvolvidas dentro de uma mesma economia nacional, e, no plano internacional, às relações entre países desigualmente desenvolvidos do ponto de vista econômico e social”.

Nela, por primeira vez, o ensino pontifício penetra, de modo explícito, na temática do subdesenvolvimento e dos desequilíbrios entre as nações, desequilíbrios que, no seu entender, não devem reduzir-se a uma mera questão de maior ou menor grau de desenvolvimento econômico e de seus resultados materiais quantificáveis, mas sim ser atacados segundo as exigências do progresso social e o respeito das comunidades nacionais à hierarquia dos valores humanos reais.

Para João XXIII, entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento a diferença não é apenas quantitativa (renda *per capita*, taxas de natalidade e de mortalidade altas, desproporção entre população rural e urbana, elevados índices de analfabetismo etc...) A diferença é, também, qualitativa, referente a funções diversas assumidas ou impostas pelo sistema econômico mundial.

A renovação promovida por João XXIII, que tantas e tão profundas repercussões iria ter na pastoral social da Igreja, foi consolidada e plenamente explicitada em todos os documentos do Concílio Vaticano II, por ele inaugurado.

PAULO VI E A “POPULORUM PROGRESSIO”

Seu sucessor, Paulo VI, com a sua “*Populorum Progressio*”, divulgada em 1967, incorpora a temática do subdesenvolvimento ao pensamento oficial da Igreja.

Essa Encíclica representa mais um grande esforço para que se repense o proble-

ma dos povos subdesenvolvidos à luz de categorias éticas inspiradas na fé, em contraposição à decepção que o mundo continua a experimentar com a tese do desenvolvimento entendido como mero crescimento quantitativo.

Para Paulo VI, “é necessário promover-se um humanismo total, que nada mais é que o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens”.

A “SOLLICITUDO REI SOCIALIS” DE JOÃO PAULO II

Em continuidade com o ensinamento de seus predecessores, eis que surge agora pela palavra de João Paulo II a “Sollicitudo Rei Socialis”.

E é sobre o conteúdo desse importante documento que venho à tribuna:

Ele merece, a meu ver, longa meditação em face das questões abordadas, muitas das quais aviventam os rumos de nosso País na presente circunstância histórica.

PONTOS DA “POPULORUM PROGRESSIO” DESTACADOS POR JOÃO PAULO II

João Paulo II, como sabemos, inicia sua mensagem ao mundo, ressaltando alguns pontos já salientados pela “Populorum Progressio”, a saber:

— o de afirmar que a questão social tinha adquirido um caráter mundial, ampliando-lhe, assim, os horizontes e obrigando todos os cristãos a levarem em conta tal universalidade em duas decisões a nível pessoal e governamental;

— o de dar nova conceituação ao desenvolvimento econômico, vinculando-o à própria manutenção da harmonia entre os povos ao afirmar que, se “o desenvolvimento é o novo nome da paz”, enquanto houver nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas o conflito entre umas e outras será virtualmente inevitável.

*O PESSIMISMO DE JOÃO
PAULO II COM O MUNDO
DE HOJE*

João Paulo II compara, então, aquele momento da comunidade mundial dos anos sessenta com o que ora vivemos e conclui demonstrando que “o quadro das desigualdades e disparidades sociais e econômicas, infelizmente, se ampliou nas duas últimas décadas”.

E, por isso, se mostra pessimista. O “otimismo difundido” — diz ele — que reinava há vinte anos atrás quanto à possibilidade de preencher sem esforços excessivos o atraso econômico dos povos menos favorecidos, ter-se-ia provado injustificado.

*O CONFLITO NORTE-SUL EM
SUA ACEPÇÃO GEOGRÁFICA
E EM SUA CONOTAÇÃO IN-
TRA-SOCIETÁRIA*

“A situação atual do mundo sob o ponto de vista do desenvolvimento nos deixa uma impressão prevalentemente negativa” diz, textualmente, João Paulo II. O fosso entre a área do chamado Norte desenvolvido e o Sul em desenvolvimento persiste ou teria mesmo aumentado. E essa dicotomia “Norte-Sul”, ressalta, não pode ser tomada literalmente em sua acepção geográfica, pois que “as fronteiras da riqueza e da pobreza passam pelo interior das próprias sociedades, quer desenvolvidas quer em desenvolvimento”.

E continua a justificar seu pessimismo, lembrando que as próprias expressões “Primeiro Mundo”, “Segundo Mundo”, “Terceiro Mundo” (e algumas vezes até mesmo “Quarto Mundo” para designar os países menos avançados) parecem demonstrar que a unidade do gênero humano está seriamente comprometida.

*REFLEXÕES DE JOÃO PAULO
II SOBRE A DÍVIDA EXTERNA*

Quanto à questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, diz o Papa que estes, ao aceitarem na década passada a oferta de capitais abundantes, tiveram a legítima esperança de poderem acelerar seu próprio processo de desenvolvimento. Tendo mudado as circunstâncias no mercado financeiro internacional, o mecanismo que deveria servir ao desenvolvimento passa,

pelo contrário, a freá-lo, pois subtrai aos países endividados os recursos financeiros de que poderiam dispor para investimentos nesse setor. Tais verificações deveriam levar a refletir, diz o Papa, sobre o caráter ético da interdependência dos povos e, também, sobre as exigências e condições de cooperação para o desenvolvimento inspiradas igualmente em princípios éticos.

João Paulo II diz ser “necessário denunciar a existência de mecanismos econômicos, financeiros e sociais que, embora conduzidos pela vontade dos homens, funcionam muitas vezes de maneira quase automática, tornando mais rígidas as situações de riqueza de uns e de pobreza dos outros”, e cogita, sem dúvida, das possíveis consequências da questão da dívida quando afirma: “Deveria parecer óbvio que o desenvolvimento ou se torna comum a todas as partes do mundo, ou, então, sofre um processo de regressão mesmo nas zonas caracterizadas por um constante progresso. Este fenômeno é particularmente indicativo da natureza do desenvolvimento autêntico: ou dele participam todas as nações do mundo, ou não será na verdade desenvolvimento”.

O DESCASO COM O MEIO AMBIENTE

No tocante ao meio ambiente, diz o Papa que o descaso com que temos tratado nosso planeta, os outros seres da criação, os recursos naturais e os nossos próprios semelhantes, ao descurarmos a qualidade de vida nas zonas industrializadas, nos põe em risco de nos condenarmos à extinção, mesmo sem holocausto nuclear.

SUBDESENVOLVIMENTO E SUPERDESENVOLVIMENTO: PENÚRIA E DESPERDÍCIO

E tudo por um consumismo desenfreado que João Paulo II condena nos seguintes termos: “Deveria ser altamente instrutiva uma desconcertante verificação do período mais recente: ao lado das misérias do subdesenvolvimento, que não podem ser toleradas, encontramos-nos perante uma espécie de superdesenvolvimento. Igualmente inadmissível, porque, como o primeiro, é contrário ao bem e à felicidade autêntica. Com

efeito, este superdesenvolvimento, que consiste na excessiva disponibilidade de todo gênero de bens materiais em favor de algumas camadas sociais, torna facilmente os homens escravos da 'posse' e do gozo imediato, sem outro horizonte que não seja a multiplicação ou a substituição contínua das coisas que já se possuem por outras ainda mais perfeitas. É o que se chama de civilização do 'consumo', ou consumismo, que comporta tantos desperdícios e 'estragos'."

O CONFLITO NORTE-SUL NO BRASIL

Como parecem oportunas as palavras de Sua Santidade para o momento que ora atravessamos no Brasil! O confronto Norte-Sul contrapõe não só regiões do nosso País, como faixas da população dentro de nossas próprias metrópoles, o superdesenvolvimento, da maneira como foi conceituado, com todo seu desperdício inerente, convive com o subdesenvolvimento mais abjeto, no qual se nega a seres humanos, mais que os recursos para a sua realização, aqueles necessários à sua própria subsistência. O brasileiro pobre tem-se visto privado dos seus direitos de morar, de educar-se, de trabalhar e, muitos, até de alimentar-se. E, ao mesmo tempo, se desperdiçam somas vultosas, malbaratadas em projetos estéreis, em despesas suntuárias.

O SUBSTRATO POLÍTICO DA CRISE BRASILEIRA

Entendo, por outro lado, que a crise brasileira, em sua raiz, é uma crise política, na proporção em que falta à nossa Pátria, infelizmente, um projeto. E essa tarefa é uma tarefa de natureza política. Tivesse o País um projeto claro, consistente e articulado, não somente para resolver as questões institucionais, mas também, para enfrentar os problemas econômicos e dar solução às questões sociais, certamente já estaria em outro estágio de desenvolvimento, e, muito certamente, não estaríamos padecendo da crise com a qual vive a Nação nesses nossos tempos.

A TAREFA DA CLASSE POLÍTICA

Daí por que, considero que deve ser uma tarefa nossa, dos políticos, e de modo especial dos partidos políticos, enquanto canais de articulação entre o Governo e a sociedade, tentar definir, quem sabe até acima dos sentimentos das agremiações partidárias, das agremiações políticas, um projeto para o Brasil, que nos dê não somente condições de consolidar a democracia, em nosso País, objetivo maior da transição política brasileira, mas que também nos crie condições para resolver essas questões econômicas, paradoxalmente tão agudas, num país que tem tantas potencialidades.

O PAPEL QUE O ESTADO DEVE DESEMPENHAR NAS NAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO

A mensagem do Papa guarda, se assim posso dizer, muita pertinência também com as idéias que temos defendido para o nosso País. De alguma forma coincidem com as idéias do liberalismo moderno. Pois, hoje, em face da situação por que passamos, temos que refletir sobre o papel do Estado nas nações em desenvolvimento do Terceiro Mundo, sobretudo nos países latino-americanos, ainda cindidos pelas incomensuráveis diferenças do desenvolvimento interno, que fazem sobreviver segmentos dinâmicos e prósperos da economia com técnicas artesanais e pré-industriais da produção. As diferenças que geram as demandas, tanto a nível político quanto a nível econômico e social, não poderão ser superadas apenas pelo livre jogo das forças de mercado. O Estado tem que usar o seu poder tributário, as medidas de política econômica, os instrumentos de redistribuição da renda e os incentivos que estão a seu alcance para encurtar essa distância, tanto a nível pessoal, fortalecendo o poder aquisitivo e ampliando o mercado interno, quanto a nível espacial, aproximando as regiões dramaticamente separadas de conhecimento e de desempenho.

O DESENVOLVIMENTO NÃO DEVE SE RESTRINGIR AO CAMPO ECONÔMICO

João Paulo II diz que “o desenvolvimento tem necessariamente uma dimensão econômica, porque deve proporcionar ao

maior número possível dos habitantes do mundo a disponibilidade de bens indispensáveis para “ser”, contudo, não se limita a tal dimensão. Se for delimitado a ela, volta-se contra aqueles a quem se quereria favorecer”.

O PAPEL DO ESTADO NO CAMPO SOCIAL

Todavia, o papel do Estado, fundamental no campo econômico, não é menor nem menos significativo no campo social. O ideal democrático e liberal de uma sociedade em que todos tenham iguais oportunidades só poderá ser atingido com o poder moderador do Estado, a suprir garantias mínimas em matéria de educação, de previdência, de saúde, de oportunidades de trabalho e de promoção cultural. Os direitos sociais, nas sociedades de massa são tão fundamentais quanto os direitos econômicos, como bem lembra o Papa.

Igualmente importante é a função do Estado na tutela dos direitos políticos, ressaltando que a tutela dos direitos individuais não pode ser exercida apenas em favor daquele segmento social que se convencionou chamar de burguesia, ou seja, de um pequeno grupo de privilegiados.

Entretanto, devemos ter sempre em mente que, conforme afirma o Papa, o espírito de iniciativa deve ser preservado e não sacrificado em nome de uma igualdade hipotética, que represente, em verdade, a imposição dos desígnios de uma engrenagem estatal sobre o livre-arbítrio do indivíduo. Lembra, nesse sentido, que “tanto os povos como as pessoas individualmente devem gozar da igualdade fundamental, sobre a qual está baseada, por exemplo, a Carta da Organização das Nações Unidas; esta igualdade é o fundamento do direito à participação de todos no processo de desenvolvimento integral”.

Se o Estado pode ser promotor de progresso nos campos econômico, social e político, há que cuidar, por outro lado, para que não se transforme em opressor.

**A IMPORTÂNCIA DE PRESER-
VAR O DIREITO DE INICIA-
TIVA ECONÔMICA**

Não é o Papa, ele mesmo, que deplora textualmente a maneira como hoje em dia é sufocado o direito de iniciativa econômica? Vejamos o que ele afirma a propósito: “A experiência demonstra-nos que a negação deste direito ou a sua limitação, em nome de uma pretensa ‘igualdade’ de todos na sociedade, é algo que reduz, se é que não chega mesmo a destruir de fato, o espírito de iniciativa, isto é, a subjetividade criadora do cidadão. Como resultado surge, deste jeito, não tanto uma verdadeira igualdade, quanto um nivelamento por baixo. No lugar da iniciativa criadora prevalecem a passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático que, como único órgão disponente e decisional — se não mesmo ‘possessor’ — da totalidade dos bens e dos meios de produção, faz com que todos fiquem numa posição de dependência quase absoluta, que é semelhante à tradicional dependência do operário-proletário do capitalismo. Ora, isto gera um sentimento de frustração ou desespero e predispõe para o desinteresse pela vida nacional, impelindo muitas pessoas para a emigração e favorecendo em todo o caso uma espécie de ‘emigração psicológica’.”

**AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS
COMO EXPRESSÃO DO DE-
SEJO DA SOCIEDADE**

Estamos, na verdade, diante do desafio de mais uma vez conciliarmos a ordem com a liberdade e a liberdade com o progresso. É preciso, portanto, fazer com que as instituições políticas sejam cada vez mais a expressão do desejo da sociedade. Só assim, evitaremos o vezo autoritário de pretender que o Estado onipotente, e o Governo, como expressão material de sua vontade, possam tutelar sociedade e moldá-la segundo seu arbítrio, o poder e a vontade de seus eventuais detentores.

**O VERDADEIRO CONCEITO
DE DESENVOLVIMENTO**

“Um verdadeiro desenvolvimento segundo as exigências próprias do ser humano, homem ou mulher, criança, adulto ou ancião, implica sobretudo da parte de quantos intervêm ativamente neste processo e são

responsáveis por ele, uma viva consciência do valor dos direitos de todos e de cada um". Diz João Paulo II.

Mesmo admitindo, como no caso dos países do Terceiro Mundo, um intervencionismo maior do Estado, para acelerar a igualdade e superar as desigualdades, cremos que os interesses que dizem respeito apenas aos segmentos sociais, e que são por eles administrados sem conflitos, relevam a interferência do Estado. Ou seja, o Estado deve estar presente para impedir a dominação de uns sobre outros, ampliar a concorrência na luta contra a oligopolização da política e da economia, assegurar os direitos das majorias e minorias e estabelecer a igualdade.

DESIGUALDADES ECONÔMICAS NO PAÍS: ATUAÇÃO DO ESTADO NESSE CAMPO

Mas a principal finalidade da atuação do Estado na economia será a de acabar com o dualismo econômico do País, em que setores improdutivos e ultrapassados convivem periféricamente com os setores modernos e dinâmicos. Concorrentemente, se deverá buscar o aumento da competição e da produtividade. Os preços dos bens e produtos devem ser competitivos interna e externamente, como forma de pôr fim à realidade em que, na maioria dos casos, pagamos os piores salários e produzimos com os preços mais altos.

A atividade moderadora e conciliadora do Estado somente se justifica, portanto, para abrandar as disparidades regionais e pressões de renda de desfrute dos benefícios sociais coletivos, única forma de se abrandar a terrível e angustiante assimetria demográfica, econômica, social e política da federação canhestra, que somos, em transição para federação equilibrada, que pretendemos ser.

A DISPARIDADE NO BRASIL ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

A esse respeito vale recordar que, embora tenhamos mantido sempre taxas razoáveis de crescimento econômico, a geração da riqueza nacional nem sempre beneficia, como seria desejável, a toda a Nação. A renda internamente mal dividida, entre regiões e pes-

soas não tem sido suficiente para assegurar a todos as condições mínimas de sobrevivência digna e de completo desfrute da cidadania ativa e consciente. A legião de marginalizados dos benefícios do progresso continua a crescer de forma intolerável, à medida que aumenta nossa pressão demográfica e na proporção em que aumentamos nosso peso específico no campo da economia mundial. Uma lamentável expressão de tais disparidades transforma milhões de brasileiros em meros espectadores de sua própria época. Muito embora a proporção de beneficiários da educação e dos serviços de assistência médica, previdenciária e de equipamentos urbanos não cessem de crescer, o seu número absoluto não pára de aumentar, numa demonstração inequívoca de nossa incapacidade de enfrentarmos com êxito os desafios da disparidade econômica e social do País. Temos a sexta população do mundo, somos a nona economia mundial, mas a renda interna *per capita* dos brasileiros situa-se no quadragésimo sétimo lugar entre o de todas as nações do universo.

O CONFLITO NORTE-SUL A NÍVEL INTRA-SOCIETÁRIO NO BRASIL

É o conflito Norte-Sul a nível intra-societário de que fala João Paulo II e ao qual já me referi anteriormente. Nele as iniquidades internas ameaçam a estabilidade política e a harmonia social, e perturbam o rendimento da economia, de forma cada vez mais acentuada, quando associadas a **taxas insuportáveis de inflação** e de crescente desvalorização monetária.

O ESTATISMO PRIVILEGIADOR DE GRUPOS NO BRASIL

Possuindo uma das economias mais autárquicas do mundo contemporâneo, temos sido capazes de combinar, criativamente, um razoável intercâmbio comercial com o exterior, com padrões razoavelmente modestos de abertura e concorrência externa. O poder do Estado tem sido utilizado com inusitada freqüência, para, com o monopólio, beneficiar grupos e favorecer capitais, aumentando de forma gradativa e acentuada o patrimonialismo no emprego dos recursos pú-

blicos e a taxa de uso indevido das prerrogativas do Governo em favor de minorias privilegiadas. Exatamente em decorrência de tais distorções jamais fomos capazes de garantir a todos os que aqui vivem, indistintamente, nem o princípio fundamental do liberalismo, que é de assegurar a igualdade de oportunidade em todas as áreas da atividade e do conhecimento humano, nem o preceito fundamental da democracia, que é o de garantir igualdade a todos, tratando igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.

A observação de João Paulo II sobre a má distribuição, parece encaixar-se perfeitamente ao caso brasileiro: “Uma das maiores injustiças do mundo contemporâneo consiste precisamente nisto: que são relativamente poucos os que possuem e muitos os que não possuem quase nada. É a injustiça da má distribuição dos bens e dos serviços originariamente destinados a todos”.

E o resultado trágico de nossa tradicional incapacidade de gerir a liberdade que conquistamos a cada passo tem sido o de perpetuarmos de forma dramática e injusta o dualismo em que nos debatemos historicamente e que divide os brasileiros entre os tributários de todos os deveres de um lado e os usufrutuários de todos os direitos, de outro.

A cada etapa de nossa evolução histórica, temos conseguido a nossa faixa de liberdade, mas nem sempre com correspondente aumento da taxa de seu desfrute. Os riscos que corremos hoje não põem em perigo a existência do País como nação politicamente organizada, mas seguramente coloca em xeque o padrão de vida dos brasileiros.

João Paulo II nos fala do Desenvolvimento Humano autêntico e diz que “a colaboração para o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens é, efetivamente, um dever de todos para com todos. . .”

**A SOLUÇÃO LIBERAL PARA
OS MALES DA ESTATIZAÇÃO
NO BRASIL**

Nessa linha, o Estado brasileiro, que historicamente tem servido de instrumento ao desfrute das minorias deve se transformar para que possa servir com eficiência a todo povo brasileiro.

Por outro lado, na concepção liberal, o Estado não pode ser um fim em si mesmo. De nada vale, para o processo civilizatório que queremos, um Estado que reine soberano sobre uma nação e um povo empobrecidos.

**A MÁQUINA ESTATAL COMO
FATOR DE INÉRCIA E GERA-
DORA DE INEFICIÊNCIA**

Temos entre nossas deficiências o peso enorme de um País naturalmente bem constituído mas irracionalmente dividido, gerando assimetrias que ameaçam tornar-se inadmissíveis. O ônus da interferência do Estado tutelando a sociedade é excessivo, tornando-o inoperante e ineficiente. Mas nem por isso muitos deixam de reclamar, em seu próprio benefício, o crescimento dessa taxa de ingerência e proteção, em favor dos seus próprios interesses corporativos. Se esse crescimento desmesurado do sentimento corporativista não chegar a constituir uma ameaça imediata à estrutura social deficiente que temos, a prevalência de tais interesses sobre toda a coletividade pode levar à coletivização de nossa sociedade, vergada ao peso dos privilégios, das disparidades, das distorções e das injustiças.

Contra todas essas ameaças, é preciso levantar a voz do bom-senso, pensar o modelo que temos e passar a limpo, no exame crítico, sincero, profundo e desapassionado o país que temos e o país que queremos.

**APROXIMAR O PODER DO
ESTADO DO PODER DA SO-
CIEDADE DE ACIONÁ-LO EM
SEU FAVOR**

Como tutelar as garantias do cidadão de forma eficaz, a não ser aproximando-se o poder do Estado do poder da sociedade de acioná-lo em seu favor? Que instrumentos da sociedade, por mais organizada que ela seja, terá eficácia suficiente para preservar os direitos políticos e individuais de mais de 140 milhões de pessoas, a não ser trans-

formando os instrumentos do Estado em mecanismo eficiente de proteção do cidadão?

A resposta a essas questões constitui um dos maiores problemas para a modernização econômica, política e social do País. Terá por base a constatação de que a assimetria federativa do Brasil decorre sobretudo das diferenças regionais e pessoais do produto. Havendo diferenças de renda, e conseqüentemente de poder aquisitivo, a principal desigualdade a ser superada será a de tratar igualmente situações desiguais, para que se realize o princípio democrático da igualdade política e social.

**A INTENÇÃO DA IGREJA DE
DESFAZER-SE DE BENS MA-
TERIAIS: EXEMPLO A SER
SEGUIDO PELO ESTADO BRA-
SILEIRO**

Se a Igreja encontra-se disposta, conforme diz também o Papa na Encíclica, a alienar o que Sua Santidade chamou de "os objetos preciosos do culto divino" em favor dos carentes, não seria o caso de o Estado começar a pensar em fazer o mesmo? Em alijar todos os seus bens supérfluos, que tanto contribuem para onerar o brasileiro, já vergado sob o peso de uma taxação abusiva, a fim de sustentar esses sinais exteriores do poder estatal?

Resumindo, portanto, o Estado, segundo o concebemos, e volto a enfatizar, deve ser apenas um dos meios para promover, na medida de suas possibilidades, e com o máximo de eficiência, os preceitos fundamentais relacionado com a igualdade de oportunidades em todos os campos e a igualdade civil de todos os cidadãos que, nascendo livres e dotados de livre arbítrio, livres devem permanecer para que façam suas próprias escolhas e opções.

**O ESTADO NÃO PODE SER O
GUIA ÚNICO**

Sob nenhuma desculpa deverá ser tal situação aproveitada pelo Estado para usurpar o papel de guia único, porque isso comporta a destruição da verdadeira subjetividade da sociedade e dos cidadãos, como diz o Papa.

E, finalmente, o papel do Estado é de estabelecer mecanismos compensatórios, para

que os brasileiros de todas as regiões possam gozar os mesmos benefícios, pagando cada um segundo suas possibilidades, e de forma diretamente proporcional a seus rendimentos.

A IMPORTÂNCIA DAS PALAVRAS DE JOÃO PAULO II NO MOMENTO HISTÓRICO QUE VIVEMOS

Ao concluir, julgo extremamente oportuno que meditemos, neste momento em que estamos votando a nova Constituição de nosso País, sobre as palavras de advertência que nos faz a todos Sua Santidade, o Papa João Paulo II, nesta tão discutida e comentada Encíclica.

O novo texto constitucional que está sendo votado pela Assembléia Nacional Constituinte consagra valiosos avanços que devem materializar novas conquistas, quer no campo jurídico e institucional, quer na área econômica, quer, finalmente, na estrutura social do País.

A sua adoção, contudo, feita em circunstâncias excepcionais, num clima de crescentes dificuldades e em meio a inquietações e angústia que permeiam toda a sociedade, não nos assegura que, com a nova Constituição, tenhamos necessariamente um novo regime.

Por um novo regime não entendemos apenas a realização de alterações na forma de governar, na discriminação de rendas públicas, nem nas aspirações pela melhoria das condições sociais. Consideradas em suas conseqüências, as transformações que devem se seguir à nova Constituição não configuram a mudança estrutural que o País reclama, vencidas as etapas cruciais de seu desenvolvimento que, embora tenham garantido o crescimento da economia, não foram capazes de preparar a Nação para um desafio de um novo século marcado pela crescente interdependência entre os povos por uma feroz competição no campo internacional e por uma busca incessante de modernidade.

O DESENVOLVIMENTO DEVE REALIZAR-SE NO QUADRO DA SOLIDARIEDADE E DA LIBERDADE, SEM SACRIFICAR UMA OU OUTRA

Temos de assegurar o que João Paulo II chama de verdadeiro desenvolvimento, pois para ser integral, o desenvolvimento deve realizar-se no quadro da solidariedade e da liberdade sem jamais sacrificar uma e outra, sob nenhum pretexto. O caráter moral do desenvolvimento e a necessidade de sua promoção são exaltados quando existe o mais rigoroso respeito por todas as exigências derivadas da ordem da verdade e do bem, próprios da criatura humana.

O próprio Papa chama a atenção para o fato de que hoje, mais talvez do que no passado, os homens dão-se conta de que estão ligados por um destino comum, que há de ser construído conjuntamente, se se quiser evitar a catástrofe para todos. Das profundezas da angústia, do medo e dos fenômenos de evasão... emerge progressivamente a idéia de que o bem, ao qual todos somos chamados, e a felicidade, a que aspiramos, não se podem obter sem o esforço e a aplicação de todos, sem exceção, o que implica a renúncia ao próprio egoísmo.

“Em poucas palavras, o subdesenvolvimento dos nossos dias não é apenas econômico; mas é também cultural, político e simplesmente humano.”

OS DIREITOS HUMANOS, RIQUEZA MAIOR DO CIDADÃO

“A negação ou a limitação dos direitos humanos — como por exemplo, o direito à liberdade religiosa, o direito a participar da construção da sociedade, a liberdade de associação, ou de constituir sindicatos ou de tomar iniciativas em campo econômico — não empobrecem a pessoa humana, talvez tanto — se não mais — quanto à privação dos bens materiais? E um desenvolvimento que não leve em conta o pleno reconhecimento destes direitos será realmente um desenvolvimento de dimensões humanas.”

A Encíclica é, portanto, um documento a ser meditado, não importando se somos cristãos ou não. Os ensinamentos ali con-

tidos me parecem válidos para todos aqueles que estão realmente interessados no ser humano, em seu bem-estar, em seu futuro, seja qual for seu credo.

A DESTINAÇÃO TRANSCENDENTAL DA POSSE, USO E DOMÍNIO DOS BENS

Meditemos, pois, sobre os desafios com que nos defrontamos como homens e invoquemos a Proteção Divina para que, possamos fazer o julgamento correto, cada vez que nos toque dar nossa participação para minorar o sofrimento de nossos semelhantes e propiciar o desenvolvimento autêntico de nosso País, que nas palavras de João Paulo II “não pode consistir somente no uso, no domínio e na posse indiscriminada das coisas criadas e dos produtos da indústria humana; mas sobretudo em subordinar a posse, o domínio e o uso à semelhança divina do homem e à sua vocação para a imortalidade”.

(Texto base de discurso pronunciado em Plenário, no Senado Federal, em 10-5-88).

Composto e impresso pelo
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70160 — Brasília, Distrito Federal
OS 6419/88 — Junho/88



SENADO FEDERAL
CENTRO GRÁFICO